

O Currículo da Selva: Ensino, Militarismo e Ethos Guerreiro Nas Academias Brasileiras de Polícia

Carlos Linhares de Albuquerque ^{*}

Eduardo Paes Machado ^{**}

* Professor do Departamento de Ciências Humanas-Unifacs.

** Professor do Departamento de Sociologia e Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, professor visitante da Universidade de Massachusetts Lowell. E-mail: epm@ufba.br . emachado@svn.com.br

RESUMO

Este artigo investiga, através da observação direta e entrevistas com 27 aspirantes, dentre um universo de 70 alunos, uma das atividades de formação de oficiais da Academia da Polícia Militar da Bahia, Brasil. Trata-se da Jornada de Instrução Militar (JIM) na selva, um momento de extraordinária repercussão para educandos e educadores. Através do sacrifício, rebaixamento e dor impostos aos treinandos, uma equipe de 25 instrutores consolida a passagem dos sujeitos civis a condição de oficiais policiais militares. Sob a justificativa do condicionamento físico e psicológico, os aspirantes aprendem técnicas militares anti-guerrilha em lugar de conteúdos policiais. Todos os anos a JIM causa enormes prejuízos a suas vítimas, aumentando sua fama de treinamento brutal e perigoso. O estudo mostra que a instrução militar, como ritual de transmissão de atitudes militaristas e guerreiras, está na contra mão da reforma policial, enfraquecendo e bloqueando os conteúdos democratizantes do novo programa de ensino da Academia. O estudo defende a extinção da instrução militar e de práticas correlatas, como um meio de mudar a cultura da PM e efetivar as reformas em curso nas forças policiais brasileiras.

Palavras-chave: Controle social, formação policial, reforma policial, direitos dos cidadãos, violência.

The Curriculum of The Jungle: Teachings, Militarism and Guerilla Warfare in Brazilian Polic Acadeies

ABSTRACT

This article researches through direct observation and interviews of 27 aspiring police

cadets in a total universe of 70 police academy aspirants, the police officer formation activities in the Military Police Academy in Bahia Brazil. The daily military jungle instruction presents moments of extraordinary repercussion for both students and instructors. Through sacrifices imposed on the trainees, a group of 25 instructors consolidate the transformation of common citizens into military police officers. Through physical and psychological conditioning, the students learn military anti-guerilla techniques instead of normal police conditioning. Each year the graduates of this program inflict great suffering on their victims, increasing their fame for brutal and dangerous training. Instructors transmit military guerilla attitudes which contradict the democratic contents in new police training programs. This study defends the ending of this military instruction and practice as a means of changing the military police image and effecting reforms in the Brazilian police force.

Key words: Social control, police education, police reform, citizen rights, violence.

Recibido:04-04-2001 . Aceptado:27-05-2001

INTRODUÇÃO

Este trabalho examina a reforma do ensino policial, buscando interpretar o significado das resistências institucionais e culturais das academias de polícia aos novos currículos e treinamentos que nelas vêm sendo implementados na última década.

Iniciado no final da década de 80 e acelerado na década de noventa, o movimento de reforma das polícias brasileiras adotou o mesmo pressuposto da reforma dessas organizações nos países do hemisfério norte-ocidental (Hermer, 2001), o pressuposto de que o treinamento seria o fator chave para a efetivação de mudanças nas polícias (Post-Gary, 1992; Burger, 1998; Palmiotto, 2000).

No meio da copiosa literatura internacional acerca da educação policial, o estudo de Burger defende uma visão mais ampla de treinamento do que a que tem sido implementada (1998). Retomando a diferença entre conhecimentos e atitudes, que não são usualmente desenvolvidas nas salas de aula, o autor enfatiza a importância de se desenvolver modelos superadores das dicotomias entre educação e transmissão de habilidades, de modo a integrar atitudes e aptidões na formação de novos policiais (1998)

Estudando o treinamento numa academia policial norte-americana, Marion (1998) concluiu que os instrutores foram bem sucedidos na transmissão de habilidades

específicas, mas falharam no desenvolvimento de novas disposições subjetivas frente às diferenças de gênero e de raça, até porque uma parte desses instrutores possuía atitudes sexistas e elitistas.

Na mesma linha, Wortley et alli (1995), analisando dados de 412 recrutas australianos, relativizaram a importância do treinamento, revelando que este isoladamente não é suficiente para superar atitudes etnocêntricas, autoritárias e racistas, em relação aos segmentos sociais não-brancos, atitudes que, decorrendo dos laços de pertencimento social dos recrutas, são mantidas e reforçadas pela organização policial.

Gayre et alli (1996), por sua vez, discutindo os resultados do treinamento terciário (Byett, 1992), com participação conjunta de instrutores policiais e professores de universidades australianas, mostraram que o ensino ministrado por estes tinha menos influência sobre as atitudes dos recrutas do que o ambiente da Academia e o próprio trabalho policial.

Explorando a contribuição do treinamento para a melhoria das relações da polícia com os segmentos sociais não-brancos, Oakley (1990) sintetizou o que ele chamou de lições-chaves da experiência britânica. Para este autor, esse tipo de educação policial não pode ser dissociado da discussão sobre a estrutura social e as políticas públicas para a correção de desigualdades sócio-raciais, devendo permear o conjunto do treinamento curricular e, ao mesmo tempo, trabalhar a experiência própria ou anterior dos recrutas que os leva a tipificar a população não-branca como criminosa e atuar de modo abusivo contra esta.

Num estudo preliminar sobre os impactos dos novos treinamentos policiais brasileiros, Saporì (2001) assinala que, dado que o processo de transmissão de valores, crenças e informações vai além das instâncias formais de socialização das organizações, as mudanças no ensino formal não implicam, necessariamente, em mudanças nas formas de atuar e pensar das polícias. Antecipando uma conclusão, o autor afirma que os conteúdos ministrados nos novos treinamentos policiais privilegiam a disseminação de valores e visões de mundo, mas deixam um hiato em termos de métodos operacionais de trabalho, seja porque não afetam o saber informal seja porque não oferecem métodos alternativos de trabalho policial (2001: 9).

Dito isso, o presente artigo formula a noção de contra-curriculum para explicar as resistências institucionais acionadas dentro das academias de polícia contra a reforma do ensino policial, resistências estas que mantêm e enfatizam, dentro do que se poderia chamar a "última palavra da polícia", atividades que contradizem e minam a agenda

democrática dos novos programas de ensino.

Em outras palavras, o artigo discute as relações entre a reforma do ensino da Academia da Polícia Militar da Bahia¹ e a reprodução do militarismo, como ênfase na agressividade, uso da força e do poder militar para resolver problemas (Kraska, 1996), na formação de oficiais. Esse militarismo se expressaria ainda numa mentalidade guerreira que inclui expectativas positivas de lutar na guerra e participar em missões de combate (Franke, 2000).

O aspecto focalizado no trabalho é a Jornada de Instrução Militar (JIM)², um amálgama de treinamento e rito que, ao lado de outros rituais - de ingresso (trote acadêmico), nivelamento (corte de cabelo e uniformização da indumentária) e formatura -, marcam o percurso dos sujeitos civis a sua nova condição de oficiais da polícia militar (Van Gennepe, 1978; Rivière, 1996).

A Jornada de Instrução Militar é vista como um rito revelador da enorme tensão, hoje existente na corporação policial baiana, entre o que se quer reproduzir e o que de fato se reproduz quando da implementação de um novo quadro curricular, em meio a uma estratégia maior de modernização organizacional da polícia (Bourdieu, 1992; Linhares de Albuquerque, 1999). Se as intenções reformadoras se materializam no novo programa de ensino da Academia da Polícia Militar, a fidelidade ao militarismo e à mentalidade guerreira é assegurada pela trama de histórias (Shearing, Ericson, 1991) relacionadas com os ritos da cultura organizacional.

O TRABALHO DE CAMPO

Esse estudo etnográfico se fundamenta na observação participante prolongada, efetuada durante três anos, e entrevistas semi-estruturadas, aplicadas a 27 alunos aspirantes a oficiais da Academia da PM de Salvador, dentro de um universo de 70 estudantes que participaram da JIM, no ano de 1997.

Essas entrevistas foram realizadas nas semanas seguintes do retorno dos estudantes da JIM, exigindo que os pesquisadores adotassem uma postura paciente e flexível, no sentido de facilitar a objetivação de processos individuais e grupais. Em consonância com a tradição psicanalítica que outorga ao silêncio o mesmo estatuto de linguagem de outras manifestações, passamos a espreitar, apesar da nossa ansiedade evidente, a dinâmica que levava os sujeitos a se calarem, omitindo informações sobre o significado da experiência recém vivenciada: suas dimensões subjetivas e sua dramaturgia complexa.

Contra a curiosidade do pesquisador, os alunos ergueram uma barreira de hostilidade que beirava a agressão, vendo aquele como um intruso que fareja negócios que não lhe dizem respeito.

O medo tomava conta dos aspirantes, o medo de falar, se expor e mesmo lembrar em voz alta as situações ocorridas no treinamento. Qualquer tentativa de diálogo chocava com uma forte censura que está no próprio cerne da instrução iniciática da JIM. Após um momento de catarse coletiva, onde imperou a cacofonia, foi tomada a decisão de distribuir um formulário de entrevista para os alunos emitirem suas diferentes idéias. O preenchimento desse roteiro facilitou o controle da ansiedade dominante, permitindo a abertura de uma discussão, pela primeira vez na APM, sobre o significado da JIM na formação do oficial policial militar.

Esses dados foram cotejados com outros provenientes de momentos distintos, em que os pesquisadores atuaram como consultores e professores da APM.

A ACADEMIA DA POLÍCIA MILITAR DA BAHIA

A formação inicial dos aspirantes a oficial da PM baiana ocorre dentro dos muros da Villa Militar, situada no Bonfim, em Salvador, no âmbito da Academia de Polícia Militar (APM), extenso espaço físico carregado de histórias e tradições. Pela Academia circula anualmente um número aproximado de 280 estudantes. Como em outras academias policiais, antes de uma pessoa entrar na APM, e obter uma bolsa de estudo de quatro anos, ela deve prestar um concorrido exame de admissão (Harris, 1978). Estes rapazes e moças, com a idade entre 18 e 24 anos, salvo alguns aspirantes mais velhos, são, ali, orientados por cerca de 40 professores(as) e instrutores(as), entre civis e militares.

A formação dos futuros oficiais, a partir da implantação do novo currículo³, em 1996, pulou de três para quatro anos letivos consecutivos. A formação dos futuros praças (sargentos e soldados), a título de comparação, se dá em um período de 6 meses e em condições infinitamente mais precárias, não permitindo a promoção dos mesmos a oficiais (Dornbusch, 1955; Paes Machado et alli, 1997).

Os aspirantes a oficiais submetem-se por quatro anos aos conteúdos e estratégias de um currículo renovado que se sustenta sobre cinco grandes pilares de disciplinas: 1) as administrativas e organizacionais; 2) as jurídicas; 3) as de educação física e esporte; 4) as disciplinas policiais específicas e, finalmente, 5) as de humanidades e língua portuguesa. Além destas matérias, há um núcleo de atividades extra-curriculares

valorizado, entre as quais se sobressaem as atividades de correr, limpar (ou fazer faxina) e marchar. Afora isso, existem os torneios esportivos, celebrações cívicas, estágios diversos nas unidades da PM e experiências fora do espaço físico da academia à exemplo da JIM.

Os três primeiros anos acontecem em regime de semi-internato: o jovem passa de segunda pela manhã a sexta feira após o almoço no recinto da Academia, e o fim de semana com os familiares, caso mereça a folga e não tenha sido punido com a dolorosa permanência na Academia, no fim de semana.

Os recrutas são oriundos predominantemente da classe média baixa e de bairros próximos da APM, uma área urbana pouco valorizada de Salvador. São jovens que bateram na porta da Academia com um projeto de ascensão social que, de outro modo, não poderiam alcançar, pois suas famílias não dispõem de condições financeiras para lhes custear estudos e favorecer seu ingresso nas disputadas vagas das universidades públicas do Estado.

Mais de 85% dos ingressos em 1994, por exemplo, vieram de famílias onde nenhum dos progenitores possuía escolaridade universitária. Raro mesmo é encontrar um jovem de família branca e de classe média, com os dois pais com nível universitário. Aspirantes brancos pobres, provenientes do interior do Estado, estão em igual situação aos candidatos negros-mestiços da capital: vulneráveis aos processos socializadores da instituição (May, 1997). A presença de numerosos recrutas negros-mestiços, entretanto, mostra que a corporação policial ainda é, dentre as instituições públicas de peso na região, um espaço de ascensão social para o homem negro.

Um número pouco expressivo, mas significativo, é o de filhos dos próprios oficiais da polícia militar. Estes atravessam os anos de formação com uma atitude singular, pois são portadores de informações sutis sobre o ethos daquela cultura organizacional. Reconhecem que a ascensão social almejada não virá de per si da mera formação oficial, com os conhecimentos e técnicas estritos da profissão de policial militar. Alertados de que para serem bem sucedidos na carreira é preciso observar que a escala hierárquica policial reproduz a militar -constituída por grupos de patentes e círculos de poder-, eles devem articular para si algum peixe. Integrar um destes círculos de amizade corporativa garantirá ser peixado por alguém, termo que relaciona o sucesso na carreira à prática do apadrinhamento. Para uns e outros, a JIM é palco de prêmios altíssimos, mas também de punições tremendas.

O CURRÍCULO DA SELVA

A JIM constitui-se numa vivência de imersão do(a)s aluno(a)s da Academia num trecho da mata atlântica, próximo ao município de Salvador, pertencente ao Exército. São cerca de 70 aspirantes, do 2º ano da academia que cumprem ali, ao longo de seis dias, sob orientação de 25 instrutores (10 oficiais e 15 soldados), numa relação de um instrutor para menos de três treinandos, esta atividade extracurricular marcante em suas vidas. Longe do recinto acadêmico, alojados em barracas, experimentam situações de frustração extremas.

Similar aos treinamentos tradicionais que conjugam, a um só tempo, técnicas de sobrevivência na selva com velhos ensinamentos anti-guerrilha, a JIM se processa num ritmo estressante, baseado em táticas que estimulam a ansiedade e o medo, produzindo um estado psicológico de absoluta alerta emocional.

O sigilo ronda as descrições desta jornada. Quem vai nunca pode ir sabendo exatamente o que está por acontecer. Narrativas fabulosas antecipam, a nível imaginário, o medo dos aspirantes. Os recrutas desconfiam naturalmente que não se trata apenas de uma instrução extra-curricular, porque do contrário não seria cercada de névoa e terror. A este propósito, todos os anos vêm à tona exageros ocorridos na JIM, do ano anterior, que causam enormes prejuízos a suas vítimas. Assim, a prática aumenta sua fama de treinamento brutal e perigoso, evidenciando os laços de sangue entre a PM e as Forças Armadas (Linhares de Albuquerque, 1999).

Mantendo suas características básicas de treinamento militar intensivo, a JIM apresenta variações anuais de estilo que dependem dos instrutores que fazem a mediação entre o nível oficial dos dirigentes e o nível cultural dos alunos (Willis, 1977). Dentro desses limites, a única regra parece ser a de evitar a regra como uma operação previsível. Caso a instrução se convertesse, por exemplo, em mais um esporte radical para jovens entediados, ela perderia seu significado de rito de passagem.

A JIM inicia com a partida de ônibus da Academia rumo ao local da jornada, numa viagem sofrida e estressante, de quase uma hora, com simulações de ataques e bombas de gás. Após a chegada e concentração de todos para apresentação aos superiores e líderes da jornada, são repassadas as regras que vigorarão naqueles dias.

A tarefa imediata, ao chegar, é a preparação do acampamento (barracas, cozinhas, sanitários, etc.) e o reconhecimento do território com uma pequena marcha. Pelas

manhãs, depois do despertar, passam-se instruções específicas sobre as atividades do dia e, a seguir, toma-se um breve café. Os intervalos para refeição, descanso e asseio pessoal dependem da dinâmica do dia.

Conforme as atividades, os dias podem ser divididos em: (a) dias de provas e jogos militares, onde o candidato deverá ultrapassar a si mesmo, superando seus limites, mostrando coragem e espírito de grupo; (b) dias marcados pelo jogo contra o outro, numa teatralização da guerra. Para criar esta atmosfera, o grupo de aprendizes é dividido em dois subgrupos tornados rivais, estabelecendo um confronto bélico contínuo entre eles. Os jovens, então, experimentam uma simulação didática de enfrentamento, numa seqüência de ações aterrorizadora.

Nessa simulação, com estratégias definidas, se emprega armas com munição artificial e os abatidos dos dois lados deverão "pagar" com exercícios, sacrifícios e punições públicas. O recruta acidentado ou ferido poderá interromper a seqüência e ficar de molho.

Esse clima de guerra, que divide e mexe com o sentido de sobrevivência, fomenta um espírito gregário entre os aspirantes, levando-os a experimentar um estado de embriaguez coletiva, abandono ou diluição do indivíduo num conjunto que temporariamente assume a responsabilidade pessoal de cada um. Esse espírito gregário, por sua vez, está na origem do que vamos examinar mais adiante como confraria da selva.

Ao fim de cada dia, os recrutas exaustos deverão ainda acertar as contas com a Equipe Dirigente (Goffman, 1996). O sono chega então pesado e os leva para poucos momentos de repouso. Um novo dia espera os guerreiros, com maior carga de estresse, menos sensibilidade e espírito crítico.

THE DISCOVERY OF THE JUNGLE IDENTITY

A JIM propicia um encontro forte e pessoal do aluno com uma síntese da identidade PM. A identidade é celebrada em meio à selva, longe da cidade, mítica, e sob a liderança dos instrutores. Como para os cadetes do Exército, o maior de todos os elogios entre alunos, na APM, é poder ser chamado de selvático !Gritar para o outro: - É selva! , significa que o selvático ultrapassou os limites, fez-se herói, guerreiro.

O significante selva entrou no imaginário do exército devido ao desejo simbólico de posse da Amazônia, pedaço sagrado da identidade nacional brasileira, ameaçado por

suposta invasão estrangeira (Leirner, 1997: 28). Os cadetes do exército são fartos de signos do imaginário amazônico, talvez por uma contraposição ao imaginário dos ícaros, alados, da aeronáutica e dos marítimos, cisnes brancos, da Marinha.

Nessa linha, a identidade de cada força armada contém um elemento básico da natureza: a terra (Exército), a água (Marinha) e o ar (Aeronáutica). Cada elemento detona uma atitude própria, identitária, em cada força armada: os selváticos do Exército são ciosos pelas fronteiras, pela unidade territorial, rastejam pelas selvas; os marinheiros seriam homens de portos, preparados para lidar com o heterogêneo, com os diversos povos e culturas, vestidos de branco, diplomáticos, navegam entre culturas. Aeronautas são eminentemente tecnológicos, precisos e matemáticos. Lidam com engenharias caras e máquinas milionárias, suspensas no céu. E a polícia militar? Qual sua atitude? Qual o seu elemento mítico? (Castro, 1990).

Tomando as Forças Armadas como figura paterna identificatória, a PM adotou seu repertório simbólico para expressar seu papel de órgão que está mais voltado para a segurança do Estado do que para a segurança pública, dentro do que se poderia chamar de atravessamento de uma por outra instituição (Bayley, 1985; Waldman, 1996; Baremblytt, 1980). O atravessamento acontece quando o núcleo de uma instituição perpassa a essência da outra, modificando seus traços genéticos e as definições dos seus membros. É quando a corporação policial, atravessada, assim, pela lógica militar, toma o Exército como referencial para a construção da identidade profissional dos seus membros.

UM RITO DE MILITARIZAÇÃO

Seja porque vem do mundo civil, seja porque foi influenciada, em alguma medida, pelo clima de modernização da PM, a maioria dos aspirantes pensa que a JIM não constituiu um marco divisório de pertença ao espírito policial porque, afinal, ela não é um exercício próprio da polícia (Tavares dos Santos, 1997), antes, sua metodologia é impregnada de militarismo, como foi colocado por Rodrigo (20 anos):

onde é que eu vou encontrar cipó e rio para cruzar no centro da cidade? Essa mania de misturar as coisas das forças armadas com as da polícia enche o saco ... a gente fica perdendo tempo no mato, tomando porrada e morrendo de fome.

Para alguns, o treinamento na selva serve mesmo para confundir as culturas policial e militar. Questionam: este procedimento tem sentido para quem vai fazer policiamento nas cidades? Buscando responder essa pergunta, Ângelo (20 anos) fez o seguinte

esclarecimento:

talvez, o treinamento na selva se encaixe na vida militar [exército, marinha, aeronáutica], mas não serve como instrução para policiais militares, de modo que em nada ou praticamente nada serviu tendo vista que a polícia, hoje, é uma Polícia Cidadã. E eu não me sinto “mais militar” do que antes da Jornada, ela serviu apenas como um teste de resistência física e emocional, mas a PM também não tem sua própria cultura, aliás a PM tem uma cultura que ela pensa que é exército.

O equívoco central da JIM, para esse e outros entrevistados, está na ênfase militarista dos seus procedimentos, opondo-se aos discursos de boas vindas, proferidos nas salas de aula, ao nascimento de uma polícia cidadã. Assim, para Selma (19 anos), a militarização onipresente da jornada deixa um nó na cabeça da gente, é uma confusão ... uma piração, porque parece que a gente vai servir na guerra, parece que e a gente vai sair para caçar terroristas como nos anos da ditadura. A confusão é porque nestes dois anos de academia de polícia a gente ouve tantas frases bonitas de professores dizendo que o novo espírito policial é criar uma relação diferente com a comunidade, estas coisas e, de repente, a polícia cidadã desaparece nos seis dias de JIM.

Esse foi o mesmo teor da avaliação feita por Andréa (22 anos), ao afirmar que a polícia não deve assumir a perspectiva das forças armadas, mas buscar uma aproximação com os cidadãos que necessitam do seu serviço: pois gritar, torturar, jogar gás, “tomar banho” em água contaminada, com certeza não será repassado para as pessoas que utilizam ou necessitam de nossos serviços. O policial militar não precisa desse contato, precisa sim de uma aproximação da sociedade, dos problemas sociais pois é com esta que o mesmo vai trabalhar. A parte militar cabe ao exército.

A JIM parece pretender resolver a questão identitária e narcísica da polícia militar, colidindo frontalmente com o novo currículo. Qual dos dois vencerá essa disputa? O que assistimos é que a ideologia democrática do novo currículo vigente sucumbe ao militarismo. As cenas de supressão dos direitos individuais na jornada confirmam essa supremacia. Daquele vem, embrionariamente, a mentalidade do inimigo, onde o espírito de Marte só se sacia com a guerra, onde há comunistas e subversivos em toda parte, e se não existem mais, com o fim do regime autoritário, há uma maldição sobre o cidadão pobre e negro-mestiço (Paes Machado et alli, 1997), que passa a ser sempre suspeito, bandido, “marginal” e desordeiro.

A SACRALIZAÇÃO DA HIERARQUIA

Ainda que o aluno tenha trabalhado a temática da liderança em disciplinas ligadas à administração, à teoria das organizações, à psicologia social, qual será concepção de liderança de equipes após a JIM? Não há, nos depoimentos da JIM, nenhuma cena cujo foco recaia sobre o líder consensual, coordenador de processos, com procedimentos democráticos de gestão, todos os aspectos vivamente enfatizados pelo novo currículo.

Os aspirantes e, também, alguns oficiais, que julgam a JIM um festival de treinamentos anti-guerrilha, a acusam justamente pela maneira como transmite um modelo ultrapassado de gestão policial. Nesse sentido, os alunos fazem uma série de críticas aos comportamentos e atitudes dos instrutores durante o treinamento: = apresentam pouca maturidade psicológica para uma experiência de fortes dimensões emocionais...revelam falta de habilidade... demonstram isso com abusos e arbitrariedades, se vingam ali de rixas antigas (Denilson, 23 anos); = não têm nenhuma transparência nas ações, não comunicam (Jeferson, 22 anos); = procuram afetar o lado psicológico dos alunos, além de exigir o condicionamento físico...decepção com instrutores pela utilização do traquejo...pouco ou nenhum profissionalismo para uma missão daquela (Carolina, 21 anos); = revelam-se arbitrários, são a cara PM mascarada, a verdadeira PM injusta (Raul, 22 anos). Sob as ordens desses oficiais, os sujeitos vivenciaram na própria pele os estereótipos que a boca do povo lança sobre a polícia, reconhecendo na carne que o que se fala sobre a polícia é fato, sem exageros nem redundâncias (Paes Machado et alli, 1997). Passaram pelo que passam os cidadãos comuns quando empurrados para dentro do ciclo da justiça, nos camburões, viaturas, delegacias e cadeias (Soares, 2000). Sentiram o que é não ter quem os defenda da arbitrariedade dos superiores hierárquicos.

Para um observador revoltado e estarecido diante da explosão regressiva de impulsos primários (Freud, 1977), não é nada razoável pensar que é a própria sociedade que paga por esse estilo de formação dos seus futuros guardas gestores.

Para que tamanha teatralidade da violência. Por que motivos os instrutores encarnam, sem censura, a arbitrariedade e o sadismo? Uma resposta a isso foi dada por Elias que, num texto sobre as agremiações duelistas da Alemanha, no século XIX, aponta como o adestramento dos seus membros conjugava manifestação de impulsos bárbaros com a aprendizagem de códigos severos de obediência (1997: 94).

Trabalhando com a noção de gradiente de formalização-informalização da conduta, de canalização dos impulsos agressivos primários para o monopólio do uso da violência, Elias constata que o alvo explícito do treinamento era a submissão absoluta aos superiores,

como parte da aprendizagem do código de conduta da classe alta militar-burocrática alemã (Elias, 1997: 94-5).

Essa reflexão consolida a interpretação que o ensinamento vigoroso da JIM é o de que o uso da força policial se consolida numa pirâmide hierárquica, que se reproduz na relação dos policiais burocratas com a cidadania esmagada e indefesa (Freire Costa, 1994: 13).

A ARTE DO TRAQUEJO

O traquejo, termo nativo para aprendizagem policial militar, mediante o sacrifício, o rebaixamento e a dor, é uma prática cotidiana na Academia, mas apresenta-se de modo mais dramático na JIM.

Como o clássico jeitinho brasileiro, que debilita o formalismo da regra e instaura padrões flexíveis de convivência (Barbosa, 1992: 89), o traquejo condensa esta ambivalência de justiça e arbitrariedade, de ensinamento e explosão sádica, de transmissão de identidade e truculência desvairada. De qualquer ângulo destes, o traquejo pode ser olhado como a corrupção da regra e do limite.

A Equipe Dirigente que ensina a defesa da lei é a mesma que a transgride e, por isso, torna-se portadora de uma lei mais legítima. O traquejo torna-se legal (e plausível) porque ultrapassa a lei na sua dimensão cognitiva e racional. Como o blefe no pôquer, o traquejo irrompe como uma jogada mentirosa, falsa e enganadora, mas legítima, astuta e própria daquele jogo. Azar de quem não tem competência de blefar ou traquejar.

O traquejo na JIM começa quando os aspirantes entram no ônibus que os leva para a viagem da selva. Convocados a participar, os aspirantes vestem a camisa de combatentes a serviço de um plano desconhecido. Assim, para Samuel (22 anos), a JIM inicia quando a gente ainda está no Bonfim, na academia e é empurrado pelos praças para dentro de um ônibus, no caminho a gente é obrigado a viajar no chão do ônibus de vidros fechados, a gente toda acorrido para não ser visto pelos inimigos lá fora.

Afora as tarefas de organização do acampamento, os aspirantes passam pelo "pagamento" (penitência) de exercícios físicos extenuantes, sob um estado constante de suspense silencioso. Assim, segundo Joel (22 anos): O pior era o clima constante de suspense, o silêncio sobre os treinamentos e as surpresas desagradáveis e de repente a gente tomava traquejo do Tenente X... ou via ele massacrando colegas. Donos absolutos da situação, os instrutores concentram a transmissão da ira em determinados indivíduos

que, transformados em bodes expiatórios, são espancados e escorraçados do grupo, chegando a ter suas barracas desmanchadas para satisfação dos oficiais. Conforme a recriação feita por Bernardo (20 anos): era horrível ver a arbitrariedade escancarada dos oficiais da academia, que se aproveitaram da ocasião para descontar rixas pessoais com determinados alunos.....ouvir soldados e sargentos recebendo ordens para bater mais em determinados alunos, os quais o instrutor não gostava, ver oficial empurrando aluno barranco a baixo, em meio aos ferros de sustentação das barracas, sem que nem para que, podendo machucar o aluno gravemente, assistir aos tenentes bater tanto no capacete de um aluno até machucar a cabeça dele e levá-lo ao desmaio.

Acompanhando o gradiente da aceitação-resistência, a severidade do traquejo é maior contra aqueles que, por distintos motivos, se insurgem contra os abusos. Assim, dentro da inquestionabilidade imprimida aos ritos (Dornbusch, 1955; Rivière, 1996) , os oficiais aumentam a dose de castigo dos que resistem, de acordo também com Bernardo para quem: O aluno questionador era castigado, ficando sem refeição ou tendo que pagar com exercícios e ainda ficar com fome... os alunos recebiam tratamento desigual dos instrutores que mostravam parcialidade .

A exemplo das academias militares, onde as regras formais nem sempre são mais importantes que as regras informais e onde existe a possibilidade dos transgressores receberem um tratamento individualizado (Dornbusch, 1955), na JIM as punições são aplicadas (ou não) conforme o status social daqueles ou as preferências pessoais dos superiores hierárquicos.

Quem refletiu sobre a experiência do recrutas sofrendo traquejo não consegue discriminar até aonde vai a racionalidade no tratamento dos novatos e quando começa o sadismo. Como traço psicológico de grupos masculinos (ou dominados por valores machistas), o sadismo é a obtenção de prazer mediante a provocação do sofrimento do outro, colocado não apenas no lugar de oprimido, mas também de testemunha de um poder. O sádico necessita ver que está sendo visto. Aquilo que o empodera não é a força bruta com que arrasa o outro sob seu coturno e látego, mas a autorização do outro imerso na dor e no sacrifício.

Este componente sádico emerge na relação entre o oficial instrutor e o recruta, este último tornado objeto da tirania e testemunha aterrorizada do poder truculento, arbitrário e sem limite, encarnado naquele que lhe gera como guerreiro, que faz nascer sua identidade.

Os depoimentos apontam para a perplexidade dos recrutas e contém referências ao espanto revelado no seu olhar diante do desempenho de atividades tão encharcadas de brutalidade. Seus olhos amedrontados, sem que eles soubessem, forneceram o alimento ao sádico e testemunharam a maior lição: diante do poder de um Oficial não há grito nem lágrima que comova, na verdade não há nem mesmo o Outro.

O dia a dia na JIM revela outro traço regressivo, também violento, próprio desta relação arbitrária. Pelo depoimento de Léa, 20, sabemos que

A condução e realização de tarefas sem sentido, absolutamente irracionais, sermos obrigados a nos deitar na areia quente, sob sol forte, etc. Depois a instrução feita na pista de ação e reação era um festival de sadismo, uma seqüência absurda de castigos, era a lei da porrada onde alguns instrutores e monitores se aproveitam da situação para traquejar [castigar] os alunos.

O traquejo é parte do rito de passagem e cumpre a dimensão de assepsia da identidade pretérita (Dornbusch, 1955; Van Maanem, 1978; Harris, 1978; Franke, 2000). É necessário lavar a alma dos restos que ficaram da velha condição civil. O sabão não há de ser outro senão a dor, o sacrifício. Os ensinamentos do novo currículo democrático que ainda restavam na mente do cadete naufragarão na floresta.

A BUSCA DA EFICÁCIA

Dentre os estigmas que mais tocam a sensibilidade do oficialato e aspirantes a futuros gestores estão os de inoperantes e ineficazes. Não foi a toa que o Programa de Modernização da PMBA, em parceria com a Universidade Federal da Bahia, prometeu operar nesse sentido, promovendo ações de melhoria e tornando a questão da eficácia um dos temas mais pulsantes do ambiente acadêmico.

Movidos pelo pragmatismo, os alunos estão entre os que mais cobram aplicação prática do ensino ministrado na Academia de Polícia, inclusive da atividade extra-curricular da JIM. Indagados a esse respeito, os 27 aspirantes se dividiram entre alguns poucos que concordam em parte e um grande número que discorda totalmente da instrução militar como fator de aumento da eficácia policial. Para os que concordam parcialmente com o treinamento da selva, a principal vantagem desse é que os precipita numa realidade mais próxima da que vão encontrar. Esse é o caso de Joseval (22 anos):

Acho que os instrutores da JIM sacam que a gente sai da academia super despreparados

e eles querem dar uma pitada de realidade na simulação da JIM.

Também buscando conciliar os dois currículos, o novo e o velho, a aspirante Olívia (22 anos) pondera que a formação policial não pode ser lograda exclusivamente nem por um, nem por outro: nem pelas aulas que se arrastam chatas demais no Bonfim [Academia], nem pela correria e humilhação da JIM.

A aluna alerta que o treinamento militar tenta passar a idéia de realidade concreta, em contraposição à imagem de sociedade idealizada pela APM das aulas teóricas. Subentenda-se aqui um confronto de currículos: o currículo novo os prepararia para uma instituição abstrata e para servir numa coletividade imaginária; o contra-currículo da JIM, em comparação, os prepararia para trabalhar na sociedade violenta e selvagem, realmente existente.

Discordando totalmente do treinamento como fator de aumento da eficácia, Leandro (22 anos) reitera a revolta contra as agressões físicas como recurso pedagógico: Na pista de ação e reação, por exemplo, um monitor espancava sempre o mesmo aluno na cabeça, sobre o capacete, e enquanto batia no aluno repetia, berrando que ele estava ali ensinando o mesmo a ser homem. É na base da porrada que nasce o homem ?!

Na mesma linha, o aspirante Clóvis (22 anos) observa que a ultrapassagem dos limites dos aspirantes não torna os ensinamentos da JIM úteis ou adequados ao trabalho policial:

A jornada tinha ultrapassado limites e se tornara experiência inútil, marcada pela orientação de oficiais desorientados, despreparados psicologicamente, repetindo táticas de guerrilha rural para futuros oficiais que vão operar em centros urbanos e com outro tipo de pressão social.

Reforçando o coro dos que julgam o treinamento improvisado e brutal, Benedito (22 anos) acrescenta que a eficácia depende de uma ação planejada que não foi incorporada na instrução: isso não foi passado no clima de pressa, em razão do clima irracional e do grande esforço físico que houve, não deixando que a parte da eficácia prevalecesse e sim a força bruta, o imprevisto e o deus-nos-acuda.

O que mais conspira contra o planejamento é o método dos instrutores de confundir a percepção dos aspirantes, dando ordens contrárias entre si a estes. Segundo Edison (23): "um instrutor mandava o otário ir para o rio, outro mandava ir para a selva e outro mandava ir dormir. Ficavam os otários fazendo coisas disparatadas para depois serem,

por isso mesmo mais punidos e confundidos”.

O melhor desempenho policial, ainda segundo este aspirante, resulta de uma mudança civilizadora, do desenvolvimento de valores e atitudes para lidar com o público, que contrasta com a postura de desrespeito dos oficiais para com os futuros quadros da corporação: Se a eficácia for, entretanto, a produção de um trabalho de segurança pública melhor e mais civilizado e que respeite a clientela, isso vai depender muito mais da minha firmeza de valores e propósitos do que da JIM, quando os oficiais deram um show de desrespeitos e tudo mais.

Refletindo sobre essa anti-pedagogia, outro entrevistado colocou a necessidade de se esquecer urgentemente “aquelas coisas” da instrução, para impedir que elas sejam assimiladas indevidamente por “gente sem maturidade” e aplicadas no público: imagine só, se a gente aprende lá coisas como espancar pessoas e a gente acha que deve cometer isso por aí, novamente (Lucas, 19 anos).

Para Clara, 20 anos, que trouxe a perna engessada como souvenir da JIM, o treinamento pouco ou nada contribuiu para a formação profissional pela falta de conteúdos técnicos específicos e, sobretudo, de organização:

Aproveitamos muito pouco algumas instruções (como as de abordagens, de edificações e tiro), mas não acrescentaram nada para gente em termos de eficácia com agentes químicos, patrulhamento, contenção de massa, controle de assalto a ônibus...e tempo tinha e muito, mas se perdeu e foi mau aproveitado pelo fato dos instrutores estarem mais preocupados com o traquejo do que em instruir. Para mim eficácia está relacionada com objetivos e a JIM não consegue transmitir a idéia de eficácia porque ela é uma bagunça.

Negando a contribuição positiva do treinamento militar para o desempenho profissional, esse depoimento, assim como os anteriores, confirmam o êxito da jornada como rito de passagem. O gesso em sua perna quebrada materializa essa passagem. A eficácia da instrução na selva se dá no nível simbólico de inclusão dos aspirantes no universo policial militar (Dornbusch, 1955).

A MARCAÇÃO DOS CORPOS

Reproduzindo práticas de transmissão de códigos culturais mediante a provocação da dor física (Clastres, 1990), os instrutores buscam inscrever os conteúdos do treinamento nos

corpos dos aspirantes/iniciados. O ciclo de exercícios inclui, portanto, a aquisição de uma marca (ou lesão) corpórea que registre a fúria do rito de transmissão de identidade, como observa Santiago (21 anos) ao comentar as lesões trazidas por seus colegas da jornada: muitos aqui na sala, agora, estão usando agasalho e não é porque está frio, mas é que conseguiram uma lesão na JIM e escondem a marca.

Investido de um status mágico-sacerdotal, o instrutor inicia os neófitos nas dimensões da identidade policial por meio de rituais apenas aparentemente sádicos, já que o objetivo do pagamento, a repetição de centenas de extenuantes exercícios físicos, não é a mera provocação do sofrimento no corpo do outro.

A Equipe Dirigente na selva, se coloca como uma polícia-sem-polis e ensina como reproduzir o modelo de polícia contra a polis. Poderíamos ver nesta contradição um traço de esquizofrenia da corporação cuja missão identitária é defender-guardar-servir-protetger e, no entanto, basta abrir os jornais e o que se constata é a prática generalizada do oposto do que promete.

Já se pode flagrar que, até aqui, a finalidade maior da JIM seria levar o aprendiz a perceber que a identidade do guerreiro se situa antes da legalidade democrática. Desconfiamos, portanto, que a JIM ocasiona a dor com esse sentido de punir as instituições democráticas no corpo dos aspirantes. Parece-nos que a tortura dissimulada na JIM deteriora o poder dessas instituições, faz o escalpo da polis no couro do aprendiz que se inicia numa lei para a qual não há apelação.

Assim se passou com o grito do jovem Silas (21 anos) que foi atirado no rio, num dos exercícios da jornada, e implorou por misericórdia por não saber nadar e submergiu nas águas escuras e na lógica daquela trama policial. Silas foi retirado e, a custo, ressuscitado, vomitando água. Inexoravelmente, despertou como guerreiro selvático que viu a morte pessoal e experimentou a nulidade da instituição democrática. Ele é agora submisso à lei da selva e, portanto, pode retornar à polis. Na selva, pareceria que o uso excessivo da força (Gabaldón, 1996) se faz natural, instituindo a competição extrema como núcleo das relações de poder. Nesse rito batismal podemos supor que o jovem Silas cumpriu uma passagem, subjetivamente emergiu na obediência esperada.

A CONFRARIA DA SELVA

Ao tempo que a proposta da JIM militariza a hierarquia policial, através da verticalização total da relação oficiais-recrutas, ela proporciona situações onde a única saída será a

busca da solidariedade grupal (Dornbusch, 1955).

Em meio à experiência de ser anulado pela instituição, assistem-se cenas de apoio recíproco, de partilha de palavras encorajadoras, tentativas grupais de elaboração de um sentido daquele non-sense, de defesa do companheiro esgotado, humilhado e espancado. A cena mais emblemática desta dialética entre verticalismo e fraternidade pode ser vista na terrível punição ao recruta que resolve tomar as dores de um parceiro e intervenha, por exemplo, no espancamento de um colega por um oficial. Moral da história: receberá o mesmo castigo de quem ousou defender, só que com intensidade redobrada. Ele deverá aprender e ensinar aos outros que há um custo institucional nesta fraternidade, há um "pagamento" a ser feito com seu corpo.

Naquela escola da selva, a solidariedade entre pares jamais pode ser vista como uma arte piegas, bondosa ou caridosa, mas antes como uma atitude sólida, como a via de formação de um corpo de iguais. Não há, portanto, nenhuma concepção moralizadora ou catequética nesta busca fraterna de auxílio. Objetivamente, o recurso ao grupo é uma tática coletiva de sobrevivência.

Desta dinâmica resultará a identidade grupal dentro da instituição, que os reconhecerá como uma confraria ou "turma" nomeada pelo ano de ingresso na APM e pela participação na JIM. Tal confraria é valiosa para que os futuros oficiais identifiquem seu lugar específico na instituição, evitando se diluir numa massa corporativa amorfa com um nome longínquo de Corporação. Em outros termos, eles não devem ser mais um membro de uma horda idealizada de oficiais da PM, mas parte integrante de um grupo que passou pelas mesmas ritualizações, que se submeteu à opressão da hierarquia, foi docilizado na selva e construiu laços de cumplicidade.

Tais laços são tão fortes que fora da selva, quando os obstáculos forem outros, eles poderão contar com seus pares. Pelo pacto solidário concluíram que a fraternidade tem um custo enorme, mas muito maior é o preço a ser pago pela traição. Dentro da mesma lógica, eles poderão tripudiar do regulamento disciplinar, esmagando os inferiores hierárquicos, e mais ainda, poderão contar com a benção da impunidade quando se excederem nos limites da lei.

Ao lado disso, a fraternidade sedimentada na JIM pode ser vista como um amortecedor ideológico do conflito entre meritocracia e status atribuído (tratamento individualizado ou lei do peixe) na APM.

A COMPENSAÇÃO DOS TRAUMAS

Uma feijoada patética, com a presença dos pais dos alunos, comemora o final da jornada, após seis dias de puro inferno, ali mesmo na mata. As fotografias que uma aluna (Flávia, 21anos) nos apresentou, continham imagens deste almoço silente no qual ela aparece cabisbaixa, aparentemente deprimida, ladeada pelo pai e pela mãe, os três rostos voltados para o chão. Todos se acham num barracão tosco de madeira, o verde da mata ao fundo. O trio está sentado ante uma mesa de madeira crua, com a comida da festa. Mas não há festa. O que aconteceu com eles naqueles seis dias intensos que parece impossível celebrar festivamente, ao lado dos pais? Que campeonato houve para que não queiram louros nem medalhas? Por que nem a presença dos pais os retira desta melancolia de quem viu algo terrível?

De volta ao velho espaço e sua geometria, os alunos demonstravam sinais de mal estar. Sentiam o enorme contraste entre a insossa trama escolar e a fatura de estímulos radicais das experiências, de alto impacto emocional, levadas no treinamento militar. Além do mais, a selva oportunizara a imersão em uma outra espacialidade, os albergara num quartel sem muros, que de alguma maneira havia mexido na hierarquização psicológica imposta pelos muros e espaços da Villa Militar (Foucault, 1979). Entre as árvores, a lama e a overdose de despotismo da Equipe Dirigente muitas posições foram renegociadas.

O retorno exigia deles uma nova "sociometria", uma revisão da teia de relações interpessoais à luz dos fatos vividos, já que para alguns sujeitos a selva tinha sido uma ocasião bem-aventurada de demonstrar habilidades, ver o fracasso alheio, dos que sempre andam se dando bem no espaço da academia, aumentar a auto-estima e se identificar com seu novo papel (Dornbusch, 1955) de aspirantes testados pelo duro treinamento na selva.

Alunos negros, por exemplo, encontraram nas lides da selva uma chance de superação de colegas brancos, em geral os de melhores classificações nas matérias acadêmicas. Mulheres que superaram os colegas homens, machões, na odisséia da JIM trazem na bagagem significados distintos da jornada. Uma aluna negra superou, numa das tarefas extenuantes da JIM, seus colegas, entre os quais se incluíam vários machões racistas que nunca mais me trataram como antes (Tânia, 21 anos).

Da mesma maneira, alunos aparentados com figuras ilustres da própria corporação foram preservados, dentro do tratamento individualizado e da lei do peixe já mencionados antes, de castigos mais drásticos, mas na JIM isso ficou mais patente, ou nas palavras de

Eleandro (21 anos), mais chocante (Eleandro, 21 anos). A visibilidade das peixadas tirou o mérito das conquistas destes alunos que retornaram envergonhados.

Tais interpretações testemunham o esforço dos alunos para compensar frustração com a lógica do mérito pelo sacrifício. Em contraste com a resistência dos alunos das escolas públicas inglesas, que preferem romper com a escola a aceitar sua autoridade, currículo e pedagogia (Willis, 1997), a resistência inicial dos recrutas se converte, por conta do seu projeto de ascensão social, em aceitação dos valores policiais militares.

Mesmo os aspirantes mais críticos terminam por justificar a prática na selva com assertivas concordistas. Justificar, no sentido literal, de estabelecer uma justiça (uma medida) que chancela os excessos e a motivação para ocupar um lugar na hierarquia da instituição.

CONCLUSÃO

A Jornada de Instrução Militar se inclui dentro de um leque de experiências psicossociais patrocinadas pela instituição policial que promete, através da mortificação do eu, espírito de corpo, força e lugar. Ela se desenvolve, como vimos, dentro de um espaço-tempo marcado pela densidade de significados e intensidade de conteúdos, bem como pela fenomenologia da violência sobre o corpos dos aspirantes a oficiais.

Os conteúdos do contra-curriculo da JIM tanto podem se opor aos propostos no curriculo oficial como, algumas vezes, podem complementá-los. Opõem-se porque a própria corporação se recusa em acreditar na capacidade de o novo curriculo formar oficiais a sua imagem e semelhança. Complementam porque qualificam e aprofundam traços desta imagem, reforçando aspectos militaristas que o curriculo novo não equaciona. Em todo caso, o que está em jogo sempre é a inquestionabilidade da imagem militarizada do policial e a necessidade de nutri-la.

A JIM é um meio de desautorizar a emergência do traço modernizador na cena acadêmica, constituindo-se numa espécie de curriculo rival, disposto a fagocitar o novo discurso oficial, de corroer a implementação de modalidades renovadas de formação policial. Ela suscita, no entanto, entre os sujeitos, ambivalências entre a condenação e a aprovação.

O mandamento predominante da JIM, segundo uma das vozes de condenação, é este: quem tem a força pode tudo. Assim, a postura violenta que o novo curriculo oficial

escamoteia em ementas democráticas, o rito afirma claramente: o homem policial, abrindo-se o livro da Gênese, nasce na base da porrada.

Na outra margem da ambivalência, os aspirantes acabam se dando conta de que o paradigma da JIM traduz precisamente o espírito da Corporação na qual desejam permanecer. Esse paradigma depende do cultivo da alma selvática, do guerreiro apto a usar a agressividade, a força e o poder militar para resolver conflitos.

Ainda como parte disso, o recruta traz na bagagem a lição de que ele não pode assimilar o controle social característico de uma sociedade democrática porque esta ainda é, dada a herança autoritária, as desigualdades gritantes e a ameaça permanente de desordem pública, imaginária entre nós. Carrega, antes, a idéia clara de que o currículo vigoroso dos ritos comporta verbos de ação que controlam, de fato, os sujeitos reais dentro e fora da polícia. Eles apreenderam que alguma violência pode compensar a insegurança cidadã.

Nas circunstâncias atuais, de aumento das pressões, externas e internas, por reforma das organizações policiais, é preciso que estas não somente reformulem seus programas formais de ensino, a exemplo da Bahia e outros Estados brasileiros (SJSP-RGS, 2001), como também modifiquem sua cultura organizacional, superando resistências que, apresentadas como risco de descaracterização, boicotam a mudança.

Nessa linha, os segmentos policiais e não-policiais envolvidos na reforma do ensino das Academias da Polícia Militar devem buscar, através de metodologias qualitativas, identificar a presença de contra-currículos como a instrução militar, para “desativá-los” e substituí-los – inclusive através do retreinamento e substituição dos instrutores - por conteúdos e práticas que respeitem os direitos humanos dos recrutas para que estes venham, posteriormente, respeitar os direitos dos cidadãos.

1 A Polícia Militar tem um estatuto ambíguo, uma vez que está subordinada ao governo federal, através do Exército, e, ao mesmo tempo, aos governos estaduais. Encarregada de realizar o policiamento ostensivo e preventivo, a Polícia Militar não controla o círculo completo do trabalho policial, ficando na dependência da Polícia Civil, subordinada apenas aos governos estaduais, para desenvolver procedimentos de investigação e preparação de inquéritos policiais. A fragmentação do trabalho policial e superposição de estruturas de autoridade das duas polícias, leva que estas desenvolvam uma relação de rivalidade que acaba enfraquecendo a função de policiamento. A Polícia Militar do Estado da Bahia tem 29.000 homens e mulheres (com quase um terço deste contingente na grande Salvador, capital do estado), enquanto a Polícia Civil dispõe de aproximadamente 4.000 funcionários em todo o estado.

2 Como forma de treinamento das polícias militares, a JIM, tal como praticada na Bahia, foi abandonada em estados como o Rio Grande do Sul, o que não impede que mesmo aqui muitos dos seus princípios e práticas continuem vigentes nos programas de treinamento de oficiais, sub-oficiais e soldados.

3 O novo currículo oficial da Academia da PM foi elaborado entre 1992 e 1994, como fruto do programa de modernização desenvolvido pela PM em colaboração com a Universidade Federal da Bahia e consultores internacionais. A conjuntura de nascimento desse programa foi marcada pela ocupação militar da favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, em nome da guerra contra o tráfico de drogas e pelo pânico moral suscitado pelo avanço da criminalidade. Influenciada por esses eventos, a PM da Bahia se dispôs a acompanhar o movimento de reforma policial que já vinha se desenvolvendo em outros estados brasileiros, desde o final da década de 80.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1.- BAREMBLITT, G. **Introdução à esquizoanálise**. Belo Horizonte: Instituto Felix Guattari, 1998.
- 2.- BARBOSA, L. **O jeitinho brasileiro; a arte de ser mais igual que os outros**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- 3.- BAYLEY, D.H. "The development of modern police". In: **Patterns of policing: a comparative international analysis**. Rutgers University Press: pp. 23-52, 1985.
- 4.- BOURDIEU, P. and PASSERON, J. A. **Reprodução; elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Ed., 1992.
- 5.- BRYETT, K. "Police recruit preparation in Australia". **Canadian Police College Journal**, 16(3), pp. 175-183, 1992.
- 6.- BUERGER, M.E. "Police training as a Pentecost: using tools singularly ill-suited to the purpose of reform". **Police Quarterly**, 1(1), pp-27-63, 1998.
- 7.- CASTRO, C. **O espírito militar. Um estudo antropológico na Academia militar das Agulhas Negras**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- 8.- CLASTRES, P. **A sociedade contra o Estado**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

- 9.- COSTA, J. F. **Violência e psicanálise**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1986.
- 10.- DORNBUSCH, S. M. "The military academy as an assimilating institution". **Social Forces** 33: pp. 316-321, 1955.
- 11.- ELIAS, N. **Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- 12.- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1984.
- 13.- FRANKE, V. C. "Duty, honor, country: the social identity of West Point cadets". In: **Armed Forces & Society: Na Interdisciplinary Journal**, v. 26 i2 p.175, 2000.
- 14.- FREUD, S. As pulsões e seus destinos. Standard Edition. Vol. XIV, Rio de Janeiro: Imago, 1977.
- 15.- GABALDÓN, L.G. "La policía y el uso de la fuerza física en Venezuela." In: Waldman (ed.) **Justicia en la calle; ensayos sobre la policia en América Latina**. Medellín: Biblioteca Jurídica: pp. 269-281, 1996.
- 16.- GAYRE, C.; SIMON, P. et alli. "The effet of police education, training and socialisation on conservative attitudes". **Australian and New Zeland Journal of Criminology**, 29 (3), pp. 299-314, 1996.
- 17.- GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1996.
- 18.- HARRIS, R.N. "The police academy and the professional self-image". In: Peter K. Manning and John Van Maanen (eds.) **Policing: a view from the street**. Santa Monica: Goodyear Publishing Company: pp. 273-291, 1978.
- 19.- HERMER, J.; KEMPA, M., SHEARING, C., STENNING, P. and WOOD, J. Forthcoming. **Rethinking the role of non-state security agencies in the governance of community safety: regulating for democratic outcomes**. Report to the Law Commission of Canada. Ottawa: Law Commission of Canada. Manuscript, 2001.
- 20.- KRASKA, P. "Enjoying militarism", **Justice Quarterly**, vol.13, n. 3, September. Pp.

405-429, 1996.

21.- LEIRNER, P. de C. **Meia volta volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar.** São Paulo: FGV/FAPESP, 1997.

22.- LINHARES DE ALBURQUERQUE, C.F. **Escola de Bravos. Cotidiano e currículo em uma Academia de Polícia Militar.** Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Dissertação de Mestrado. UFBA, 1999.

23.- MARION, N. "Police academy training: are we teaching recruits what they need to know?". **Policing**, 21 (1), pp-54-79, 1998.

24.- MAY, L. "Socialization and institutional evil." In: L. May and J. Kohn (ed.) **Hannah Arendt; twenty years later.** Cambridge: MIT Press: pp. 83-105, 1997.

25.- PAES MACHADO, E.; NORONHA, C.V., and CARDOSO, F.. "No olho do furacão: brutalidade policial, preconceito racial e controle da violência em Salvador". **Afro-Ásia**, 19/20:201-226, 1997.

26.- PALMIOTO, M., BIRZER, M. et alli. "Training in community policing: a suggested curriculum". In: **Policing na International Journal of Police Strategies and Management**, 23 (1), pp. 8-21, 2000.

27.- POST, G.M. "Police recruits: training tomorrow's workforce". **FBI Law Enforcement Bulletin**, 61(3), pp.19-24, 1992.

28.- RIVIÈRE, C. **Os ritos profanos.** Petrópolis: Vozes, 1996.

29.- SAPORI, L.F. A parceria polícia-universidades-ons: sinais promissores de mudança na sociedade brasileira. Porto Alegre: mimeo, 2001.

30.- SHEARING, C., ERICSON, R.V. "Cultura as figurative action", **British Journal of Sociology**, n.42 (4, december), pp. 481-506, 1984.

31.- SJSP-RGS. "Polícia e sociedade democrática: desafios para o século XXI." In: **Anais do Seminário Internacional.** Porto Alegre: SJSP-RGS, 2001.

32.- SOARES, L.E. **Meu casaco de general: quinhentos dias no front da segurança**

pública do Rio Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

33. - TAVARES DOS SANTOS, J. V. "A arma e a flor: formação da organização policial, consenso e violência." **Tempo Social** v. 9, n. 1 (maio): pp. 155-167, 1997.

34. - VAN GENNEP, A. **Os ritos de passagem**. Petrópolis: Vozes, 1978.

35. - WALDMAN, P. "Introdução". In: P. Waldman (ed.) **Justicia en la calle: ensayos sobre la policía en América Latina**. Medellín: Biblioteca Jurídica: pp. 17-27, 1996.

36. - VAN MAANEN, J. "Observations on the making of policemen". In Peter K. Manning and John Van Maanen(eds.) **Policing: a view from the street**. Santa Monica: Goodyear Publishing Company: pp. 292-308, 1987.

37. - WILLIS, P. **Learning to labor; how working class kids get working class jobs**. New York: Columbia University Press, 1977.

38. - WORTLEY, R., HOMEL-ROSS, J. "Police prejudice as a function of training and outgroup contact: a longitudinal investigation". **Law and Human Behavior**, 19 (3), pp. 305-317, 1995.